

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze, pelas dezanove horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Atribuição de Votos de Louvor por Mérito Desportivo;-----
- 2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2013;-----
- 3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2013;-----
- 4. Mapa de Pessoal para o ano de 2013;-----
- 5. Adequação e aprovação do modelo da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, em cumprimento do disposto no nº1 do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto;--
- 6. Despesas de representação do pessoal dirigente nos termos do disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto;-----
- 7. Autorização prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de janeiro (Lei dos Compromissos);-----
- 8. Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de Junho de 2012, no âmbito da Lei dos Compromissos;-----
- 9. Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);-----
- 10. Alteração do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós – Submissão da proposta à Assembleia Municipal;-----
- 11. Autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores, nos termos e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012);-----
- 12. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós;-----
- 13. Processo nº 295/2008 – Requerente: Stonecalcário – Extração e Comércio de Agregados de Calcário, Lda. – Pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira denominada "Codaçal", localizada no lugar de Codaçal, freguesia de Serro Ventoso;-----
- 14. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD/Falta Justificada, tendo-se feito substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia Helder Costa), Marta Teresa Ferreira Neto – PS/ Falta Justificada), Nuno Manuel Cordeiro dos Santos – PS.-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo pedidos de intervenção, passou então a pôr a votação a ata da anterior sessão, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com uma abstenção**.-----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.-----

-----Disse depois que havia uma moção do Pinhal Litoral, que passaria a ler atendendo à importância de que a mesma se reveste para o concelho e que a seguir se transcreve:-----

-----MOÇÃO-----

-----A Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral na sua reunião de 12.12.2012, entre outros assuntos analisou o processo de reorganização das NUT III, e tendo em vista a programação dos Fundos Estruturais do Quadro Estratégico Comum (QEC)2014/2020 e ao tomar conhecimento da posição pública do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, na qual expressa vontade de adesão à CIMPL, deliberou manifestar o seu regozijo, disponibilidade de colaboração e total abertura para a concretização deste objetivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Com igual interesse e abertura, a Assembleia da CIMPL considera relevante a adesão dos municípios de Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrogão Grande.-----

-----É convicção da Assembleia da CIMPL que uma concretização deste novo quadro de organização intermunicipal reforça a cooperação e coesão territorial, particularmente relevante na otimização da gestão do próximo QEC2014/2020.-----

-----Leiria 12.12.2012. O Presidente da Assembleia Intermunicipal (Assinatura)".-----

-----Continuou agradecendo os diversos convites recebidos, efetuados pelas coletividades do concelho, dando realce ao grande prémio da Mendiga que é o maior evento de atletismo do distrito de Leiria. Disse depois que queria felicitar a Câmara Municipal na pessoa do senhor Vereador da Cultura pela excelente iniciativa e pela profunda homenagem que foi feita às vítimas do desastre da escola, com a publicação de um livro que recolheu os testemunhos vivos dos sobreviventes dessa catástrofe.-----

-----Também um voto de agradecimento às associações e às pessoas que nesta altura do ano se solidarizam para proporcionar um Natal mais ameno aos carenciados.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a receber inscrições para os membros da assembleia que quisessem intervir.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que gostaria de ver esclarecido um assunto que tem a ver com a responsabilidade inerente às funções de um deputado municipal, pois que viu na comunicação social que os deputados da assembleia municipal de Oeiras iriam ser sancionados com multas, pedindo que os serviços jurídicos da Câmara elaborassem uma pequena nota com vista a esclarecer este assunto.-----

-----Continuou dizendo que mais uma vez vão votar um orçamento, e que lamenta o facto de estes assuntos não serem discutidos mais amplamente, acrescentando que isso não tem a ver com este executivo, mas sim com uma tradição que em seu entender não é correta.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara para quando a resolução do problema do abastecimento de água à zona da Fraga de Cima e Rua das Canas, dado que este problema já se arrasta desde finais de julho deste ano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Salientou o mau estado em que se encontram as estradas na freguesia de S. Bento. Chamou depois a atenção para que junto ao parque desportivo sejam colocadas lombas de forma a que o trânsito reduzisse a velocidade, pois o local é frequentado por muitas crianças.-----

-----**Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Passou a usar da palavra dizendo que hoje está aqui em representação da Presidente de Junta de Alcaria, mas que se assim não fosse, faria esta intervenção na qualidade de público. Continuou dizendo que tem vindo a acompanhar os trabalhos desta Assembleia e se no início até os apreciou, com o decorrer do tempo tem vindo a ficar algo insatisfeito. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia, disse que não gostou de o ver ceder à chantagem feita por alguns deputados no sentido de ameaçarem abandonar a sala no caso de serem interrompidos. Referiu depois que viu num órgão de comunicação social o senhor Presidente da Assembleia dizer que ficou um bocado desapontado com o trabalho desenvolvido no concelho quanto à reforma autárquica dizendo que ficou desapontado com as suas palavras porque em Alcaria trabalhou-se muito nesse assunto. Por fim, disse que queria deixar um repto, pois foram realizadas duas sessões extraordinárias para resolver o problema da reforma autárquica e como não saiu nenhuma solução condigna da Assembleia Municipal desafiava todos os deputados municipais a abdicarem das senhas de presença referentes a essas sessões a favor de alguma instituição de solidariedade social.-----

-----Fez ainda outro reparo que tem a ver com a responsabilização dos atos dos deputados municipais. Todos os deputados municipais, quando aprovam ou não aprovam qualquer assunto, devem ter plena consciência do que estão a fazer. Disse que muitas vezes viu aqui a aprovação de determinados assuntos que depois não se concretizaram na realidade e que não viu depois os deputados municipais que os aprovaram questionar o porquê da sua falta de realização. Concluindo, disse que gostava de ver os deputados municipais empenhados na resolução de problemas da zona serrana do concelho pois ao longo de vinte e tal anos aquelas populações têm sentido as dificuldades de se fixarem na zona do Parque Natural. Terminou dizendo que viu os deputados municipais empenhados na questão da ZEP em S. Jorge, mas que nunca os viu empenhados na defesa das populações que não puderam ficar nas suas terras de nascença na zona da serra.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Passou a fazer referência à homenagem que foi efetuada às vítimas do desastre ocorrido na escola no passado dia 8, elogiando a iniciativa.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois que o Portomosense noticiou que a Câmara estará a pensar reeditar a obra documental editada aquando da comemoração dos 700 anos do Foral de Porto de Mós. Assim sugere que, sendo possível, se consultasse o autor, Professor Saul Gomes, no sentido de se melhorar, rever e ampliar a obra, caso haja outros documentos aparecidos depois da publicação e que pudessem nela ser incluídos.-----

-----Quanto ao que Virgílio Casimiro disse, essa também é uma sua preocupação, porque a partir do momento em que aqui se aprova algo todos os membros da Assembleia se tornam responsáveis, fazendo todo o sentido um esclarecimento acerca deste assunto.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que iria dar conta do sucedido na última assembleia do Pinhal Litoral onde esteve presente. Referiu que houve uma moção no sentido de se congratularem com o alargamento da NUT do Pinhal Litoral, passando depois a apresentar também uma moção para que também esta Assembleia Municipal se congratulasse da mesma forma.-----

-----Ainda nessa assembleia, os senhores Presidentes de Câmara da AMLEI, aprovaram por unanimidade uma proposta no sentido de pedirem a redução do IMI através da revisão dos índices de localização dos imóveis. Assim, nesse sentido e para que se materialize aquilo que os senhores presidentes de Câmara aprovaram na Assembleia do Pinhal Litoral, fez presente uma proposta para submeter à Assembleia, sugerindo à Câmara Municipal de Porto de Mós que avance de imediato com as revisões dos índices de localização.-----

-----Disse depois que ficou muito satisfeito por ver o senhor Presidente da Câmara no programa da RTP 1 "Prós e Contras" sobre a problemática das freguesias, lamentando no entanto que aquele aqui, nesta Assembleia, não tenha tido um papel mais ativo sobre o assunto.-----

-----**Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Usou da palavra para dar uma breve informação sobre um programa que está a ser implementado no distrito de Leiria, e que se iniciará em Julho. Trata-se de um programa no âmbito da emergência alimentar. Estão a funcionar várias cantinas sociais, pelo menos uma em cada concelho e estão a ser desenvolvidas a partir de instituições particulares de solidariedade social. No caso de Porto de Mós é a Santa Casa da Misericórdia que está a assumir essa função. Poderão vir a ser criadas novas cantinas sociais para abrangerem famílias, durante o próximo ano. Como em Porto de Mós só existe uma e foi identificada a necessidade, pela população residente, da criação de, pelo menos, mais duas, apelou aos deputados e presidentes de junta que dentro da sua área geográfica de intervenção que conhecerem essas necessidades devidamente identificadas façam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chegar esse pedido à Segurança Social. Essas cantinas destinam-se a pessoas carenciadas que estejam a passar por dificuldades económicas e que tenham perdido os suportes de uma vida normal. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que o Museu Municipal da Batalha recebeu na ultima sexta feira o galardão de melhor Museu Nacional, pela associação da especialidade. Disse sentir-se honrado, enquanto técnico e comissário do Museu. Dirigiu-se depois a Ana Narciso, referindo-se a um comentário que esta fez no facebook acerca da sua falta de empenho quanto ao CIBA, dizendo que nada tem a ver com esta entidade.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Depois de endereçar votos de boas festas a todos os presentes, disse que queria dar conhecimento a esta Assembleia de que recebeu a ata do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Litoral II, onde esteve presente no dia 28 de setembro. Disse depois acerca das senhas de presença das sessões extraordinárias que se todos abdicarem delas, também o fará para atenuar as dificuldades financeiras dos bombeiros. Acrescentou depois que, quanto ao desempenho dos membros desta Assembleia, cada um luta como pode e com as armas que tem.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse depois que não era suposto usar da palavra antes de a passar ao senhor Presidente da Câmara, mas que como foi aqui visado, teria que o fazer. Acerca das palavras de Virgílio Casimiro, disse que achou interessante a sugestão que aqui deu e que ouviu hoje mesmo na rádio que a Câmara Municipal de Matosinhos perguntou à população quais as prioridades que deviam ser contempladas no orçamento da Câmara. -----

-----Passou depois a responder a **Helder Costa**, perguntando-lhe se tem a noção do local onde está e se sabe o que os membros desta assembleia representam. Continuou dizendo que a palavra chantagem não é aqui admitida pelo Presidente da Assembleia Municipal, e que o facto de haver aqui discussão não significa que haja aqui chantagem. Quanto à discussão que houve em Alcaria acerca da reorganização administrativa, disse que deve haver solidariedade entre os órgãos autárquicos e tendo o Presidente da Assembleia Municipal andado um ano a falar no assunto, nunca lhe chegou da freguesia de Alcaria qualquer proposta. Sobre as senhas de presença, disse que no seu caso pessoal, hoje, depois de 9 horas de trabalho, pegou na sua viatura tendo-se deslocado de Lisboa para aqui e quando esta a sessão terminar fará o caminho de regresso, pelo que os euros que a lei prevê como senhas de presença não são significativos. Disse ainda que a intervenção deste membro da Assembleia o entristeceu, recomendando que pensasse melhor antes de falar. Terminou dizendo que a notícia que saiu no Portomosense acerca da sua intenção

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de não se recandidatar, é verdadeira, sendo essa uma decisão do seu foro íntimo, e que a sua relação de amizade, lealdade e admiração pelo senhor Presidente da Câmara se mantém.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a **Virgílio Casimiro** que a questão que referiu tem a ver com o chamado orçamento participativo. Sobre isto disse que a prática tem vindo a confirmar que esse sistema não tem vindo a dar os frutos que se esperavam. A **Artur Vieira** disse que foi feita uma grande intervenção na zona da Fraga e que o problema da falta de pressão da água naquela zona ficará resolvida logo que seja possível abrir o concurso publico para efetuar a extensão de cerca de 150 metros que falta fazer.-----

-----A **António Ferraria** disse que conhece muito bem o estado em que se encontram as estradas da freguesia de S. Bento. Disse depois, acerca da colocação de lombas que não é fácil fazê-lo numa estrada nacional, passando a enunciar várias alternativas de percurso para os frequentadores da zona desportiva.-----

-----A **Helder Costa** disse quanto às senhas de presença, que depois de as receber pode fazer com o dinheiro o que entender, mas que é aos deputados municipais que a Câmara tem que pagar. Disse depois, acerca do Parque Natural, que se há coisa que a Câmara tem feito, é defender as populações residentes na zona do PNSAC.-----

-----A **Carlos Vieira** disse que a reedição do livro 700 anos do Foral, é uma necessidade, tratando-se de um exemplar notável da história do concelho, tendo o autor já sido contactado.-----

-----A **António Pires** disse quanto à questão do IMI que esta é das Câmaras com a taxa mais baixa a nível nacional. Quanto ao zonamento, disse que a Câmara em tempos propôs algumas alterações não tendo sido aceites.-----

-----Teceu depois alguns comentários ao programa Prós e Contras onde esteve presente.-----

-----A **Lídia Semião** disse que a informação que esta prestou foi muito importante e que a Segurança Social de Leiria tem feito um excelente trabalho nesta área, lamentando que cada vez mais estes casos aconteçam.-----

-----A **António José Teixeira** deu os parabéns pelo contributo que este também deu para a obtenção do galardão do Museu da Batalha.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Pires** pediu a palavra para dizer que as pessoas são livres de dar a sua opinião e cada um tem a sua forma de o fazer, acrescentando que o senhor Presidente da Assembleia se excedeu um pouco na resposta que deu a Helder Costa. O senhor Presidente da Assembleia disse que a resposta que deu foi a mínima adequada.-----

-----**Helder Costa** pediu também a palavra para defesa da honra, dizendo que houve um deputado que, dirigindo-se diretamente ao senhor Presidente da Assembleia disse "se não me deixa falar eu vou-me embora" dizendo que se isto não é chantagem, então não sabe o que é. Quanto à reforma autárquica referiu que ficou dececionado porque pensou que o senhor Presidente da Assembleia iria ser um catalisador de energias podendo multiplicá-las junto de outros órgãos. Quanto às senhas de presença disse saber que a Câmara as tem de pagar, mas o que deixou foi um repto a cada um.-----

-----Quanto ao que disse relativamente ao Parque, referiu que essas palavras eram para os deputados municipais e não para a Câmara, reconhecendo o bom trabalho que o executivo tem vindo a fazer nesse sentido.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia passou a ler a moção e a proposta apresentadas pelos eleitos do PSD, e que a seguir se transcrevem:-----

MOÇÃO

-----Sendo do nosso conhecimento que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém manifestou interesse que o Município de Ourém, na reorganização da NUT III, com vista à programação dos Fundos Estruturais do Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014/2020, viesse aderir à CIMPL (Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral) vem a Assembleia Municipal de Porto de Mós manifestar o seu regozijo, a exemplo do que já fez a Assembleia da CIMPL pela vontade manifestada pelos responsáveis do Município de Ourem, em regressar a uma comunidade a que já pertenceram e de onde nunca deviam ter sido obrigados a sair.-----

-----Da mesma forma que vemos com satisfação a integração do Município de Ourem na CIMPL, igual sentimento é o que sentimos com a integração dos Municípios de Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrogão Grande, se for esse o interesse destes Municípios.-----

-----Com esta nova reorganização intermunicipal estamos convictos que a cooperação e a coesão territorial sairão reforçadas, otimizando assim a gestão do próximo QEC 2014/2020.-----

-----Porto de Mós, 20 de Dezembro de 2012.-----

-----Os Eleitos do PSD (assinaturas).-----

PROPOSTA

-----Vimos manifestar a nossa satisfação e congratulação pelo facto de os Municípios da AMLEI,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de que faz parte o Município de Porto de Mós, terem aprovado por unanimidade, e aqui os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, uma proposta no sentido de apresentarem soluções que visassem a descida do valor patrimonial dos prédios urbanos, de entre as quais destacamos:---

-----1. Atualização do preço m2 de construção, de acordo com os valores atuais de mercado;---

-----2. Redução dos índices de localização;-----

-----Considerando que:-----

-----1. O preço m2 de construção, que pode influenciar o valor patrimonial dos imóveis, não está ao alcance do Município alterar;-----

-----2. Os índices de localização, que pode influenciar o valor patrimonial dos imóveis, foram sugeridos à CNAPU pelos Municípios, sendo também da responsabilidade destes a sua alteração;---

-----3. A Assembleia da República aprovou a Lei nº 58/2012, que consiste na renegociação dos créditos à habitação para famílias em muito difícil situação, mas que só produz efeitos para imóveis com valor patrimonial até € 90 000.00, para índices de localização até 1.40;-----

-----4. Um apartamento na Av. Da Igreja, em Porto de Mós, com 150 m2 e 20 m2 de garagem, tem uma avaliação aproximada a € 94 000.00, logo não abrangido pela Lei 58/2012;-----

-----5. Uma redução de 20% no índice de localização reduz o valor patrimonial, do exemplo antes referido, para aproximadamente € 75 000.00;-----

-----6. Nenhuma família está imune ao flagelo desta crise;-----

-----7. Em termos de IMI o Município de Porto de Mós, agora como no passado, tem mantido a taxa no mínimo exigido por lei, não podendo, assim, baixar o valor da coleta do IMI sem reduzir o valor patrimonial;-----

-----Vimos propor que esta Assembleia Municipal aprove uma solicitação ao executivo municipal que, em coerência com a proposta aprovada pelo Município de Porto de Mós em sede da AMLEI, proponha à CNAPU uma redução, em 10 e 20% dos índices de localização em todo o concelho, uma vez que as alterações podem ser propostas por cada concelho, individualmente;---

-----Que atendendo a que esta alteração tem que produzir efeitos para todos os imóveis urbanos, no lançamento da coleta de 2013, esta alteração seja proposta à CNAPU até final de Março de 2013;-----

-----Que na Assembleia Municipal de Abril de 2013, seja informada esta Assembleia dos efeitos práticos desta nossa proposta.-----

----- Porto de Mós, 20.12.2012.-----

-----Os Eleitos do PSD (Assinaturas)"-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Disse que é natural de Mira de Aire e que trabalha em Lisboa. As injustiças que se verificam entre a província e Lisboa são surpreendentes para si. Disse ainda que tem um imóvel em Lisboa que está à venda e que o mesmo está avaliado em 60% do valor pelo qual o quer vender,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espantando-se que em Mira de Aire os imóveis estejam avaliados por um valor muito mais alto. Continuou dizendo que a culpa não é da Câmara mas que esta tem de ajudar as pessoas a resolver este assunto.

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que já aqui se insurgiu contra o aumento de 50% do IML por via legal e hoje tem que se manifestar contra esta proposta do PSD. Disse depois que, da experiência que tem, há duas ou três gamas de prédios que estão sobreavaliados e que são os terrenos para construção dentro das áreas urbanas, os barracões e pouco mais, pelo que acha não fazer sentido estar aqui a baixar-se os índices, pois por um lado aumenta-se 50% a taxa de imposto e por outro falseia-se o património para se ter a mesma coleta de impostos dizendo ser preferível fazer aqui uma moção no sentido de se fazer chegar a voz dos cidadãos aos decisores políticos. Continuou dizendo que as famílias com mais dificuldades têm vários mecanismos para solicitar isenções e no concelho de Porto de Mós há muita construção que pode ter isenções.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que a proposta que aqui foi apresentada vai no sentido da redução do valor patrimonial dos imóveis e a lei que regula o valor patrimonial dos imóveis foi criada em 2003 e teve dez anos para se adaptar. Continuou dizendo que não percebe como é que o senhor Presidente da Câmara aprovou a moção da AMLEI de alterar o zonamento e agora está a dizer que o concelho de Porto de Mós tem o mais baixo.

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra respondeu a António Pires dizendo que este veio aqui defender uma proposta que é indefensável pois o valor patrimonial é resultante de uma série de coeficientes afetos aos 603 euros por metro quadrado. Disse ainda que devia era acusar os deputados do PSD e do CDS que aprovaram esta lei na Assembleia da República referindo depois que o valor que se receber a mais nem sequer vai ser receita dos municípios, mas vai servir sim para pagar dívida pública do estado. Concluiu dizendo que o grande problema foi que os membros do governo não souberam lidar com este processo e não avaliaram as repercussões que isto iria ter nas pessoas.

-----Não havendo mais intervenções, **foi a presente proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada com dezasseis votos contra, doze votos a favor e quatro abstenções.**

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Atribuição de Votos de Louvor por Mérito Desportivo:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma pequena introdução, dizendo que esta atribuição é o mínimo que o Município de Porto de Mós pode fazer devendo estar atento àqueles que anonimamente, com muito esforço e muito poucos meios ao dispor, conseguem obter resultados fantásticos, a nível nacional e internacional, projetando não só o nome do Concelho mas também do País, constituindo um exemplo para todos e manifestando assim, publicamente, o seu reconhecimento pelos feitos realizados.-----

-----Passou a usar da palavra, seguidamente o senhor Presidente da Câmara dizendo que se queria associar ao que já foi dito e realçando ser um voto de louvor merecido e que só peca por tardio. Tratou-se de uma proposta do senhor Vereador do Desporto que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade. Terminou felicitando todos os atletas presentes.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----
-----Usou da palavra para felicitar em seu nome e em nome de toda a bancada do PSD todos os atletas presentes congratulando-se com a homenagem que a Câmara Municipal lhes está a fazer.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----
-----Usou da palavra cumprimentando todos os atletas que estavam a ser homenageados. Disse depois que a freguesia do Juncal se congratula com a atitude do Município incentivando os atletas a continuar. Concluiu dizendo que três dos homenageados são da sua freguesia sendo para si um motivo de alegria e orgulho ver esta homenagem. -----

-----**Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):**-----
-----Disse que queria saudar todos os atletas que hoje aqui vão ser homenageados destacando com especial ênfase a equipa de ciclismo, que é da sua terra.-----

-----Fez depois referência ao atleta Rogério Alves que sucumbiu durante um torneio de futsal no pavilhão do Juncal.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----
-----Disse que em nome da CDU queria felicitar os atletas do concelho de Porto de Mós, pela sua ação desejando-lhes os maiores êxitos.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----
-----Disse que queria dar os parabéns à Câmara por esta iniciativa valorizando o que existe de bom no concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Pedi novamente a palavra dizendo que há pouco não falou dos clubes e associações e do esforço que fazem para ajudar os atletas a triunfar, agradecendo-lhe esse facto.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Disse que queria louvar todos os atletas pelo seu empenho, dedicação e mérito, dizendo que é com alguma sensibilidade que fala porque também tem um filho que é campeão distrital de futebol e é campeão de longevidade na Associação Desportiva Portomosense, tendo 22 épocas de dedicação, pelo que também merece um prémio.-----

-----Seguidamente procedeu-se à distribuição dos diplomas de mérito aos atletas que a seguir se enumeram: Miguel Fonseca na modalidade de equitação; Miguel Sousa Gomes equitação; Miguel Lavrador em atletismo; Grupo Desportivo das Pedreiras; Diana Almeida, arremesso de bola; Rita Vazão, atletismo; João Pires, marcha; Bruno Pires, marcha; João Domingos, atletismo; André Salgueiro, marcha; Instituto Educativo do Juncal na modalidade de basquetebol; Associação Cultural e Desportiva Bem Estar Nova Vida (ciclismo); Nuno Virgílio, parapente; Cláudio Virgílio, parapente; André Venda, paraciclismo; João Pedro Ascenso Grosso, basquetebol; Miguel Ferraria Lourenço, atletismo; Rui Diogo Silva Marto, Trec; Associação Desportiva Portomosense; Centro Cultural e Recreativo de Alqueidão da Serra.-----

-----O senhor Presidente da Câmara felicitou **Luís Costa** pelo trabalho realizado na ADP, que recuperou financeiramente tendo alcançado grandes êxitos desportivos. Continuou ainda dizendo que queria deixar uma palavra de apreço à equipa que trabalhou com Luís Costa, destacando os irmãos Almeida, o Nuno e o Hugo.-----

-----**Luís Costa** usou da palavra dizendo que o trabalho realizado resulta do esforço e da dedicação de muita gente, realçando o nome de Hugo Almeida como sendo um exemplo em termos desportivos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que é justo a atribuição do reconhecimento a Hugo Almeida pelo trabalho que tem vindo a fazer, como homem dedicado à causa, pelo que não seria descabido estender este louvor também a Hugo Almeida, sendo-lhe entregue futuramente o diploma de mérito, por dedicação ao clube.-----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----**Joaquim Trindade:**-----

-----Na sequência da entrega do louvor que foi entregue à Associação Cultural e Desportiva Bem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estar Nova Vida, disse que não podia deixar de mencionar uma pessoa que tem sido a grande força motriz da equipa de ciclismo e que é o Miguel Alexandre.-----

-----**António Pereira Carvalho:**-----

-----Passou a usar da palavra, não na qualidade de deputado municipal, mas enquanto recetor do prémio, agradecendo o prémio em nome da sua população e do clube do qual é sócio nº 1 há quase 40 anos. Disse ainda que queria estender este agradecimento a todos os adversários na luta leal que todos têm, porque nem todos podem ganhar. Disse ainda que como consequência lógica de terem sido campeões distritais, teriam acesso à 3ª divisão, tendo prescindido da subida para manter a perpetuidade do clube. Agradeceu ainda a atribuição deste louvor, simbólico e que por isso mesmo tem muito significado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que conhece bem o passado de associativismo do anterior interveniente, tendo este conseguido gerir muito bem uma associação que hoje é uma das duas que joga futebol sénior no concelho.-----

-----**Luís Costa** pediu também a palavra para dizer que toda a gente sabe o que é o futebol, e o que significa a rivalidade entre o CCR do Alqueidão da Serra e a ADP, mas que as instituições têm hoje um melhor relacionamento do que há uns anos atrás.-----

----- **2. Grandes Opções do Plano para o ano de 2013:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra referiu que o ano de 2013 é um ano fortemente condicionado principalmente por duas certezas, sendo que uma delas tem a ver com o facto de ser o final do QREN 2007/2013 e ser o ano em que apenas se pode concluir obras em curso tendo que encerrar o quadro comunitário de apoio, não podendo contar com as verbas com que contaram em anos anteriores, razão pela qual os valores são mais baixos. Outra condicionante tem a ver com a redução de impostos diretos e transferências do orçamento de estado. Disse ainda que este orçamento é fortemente condicionado pelas despesas fixas que o município cada vez mais tem de suportar, nomeadamente saneamento, recolha e tratamento de lixo, iluminação pública entre outras e que significam um peso grande nas contas do município.-----

-----Seguidamente e atendendo à interligação entre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para a ano de 2013, foi acordado que se passaria a discutir este ultimo conjuntamente com o primeiro.-----

-----Assim sendo, o senhor Vice-Presidente passou a usar da palavra para fazer a apresentação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do ponto 3 da ordem de trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2013.**-----

-----Disse que iria tentar ser breve não havendo necessidade de acrescentar muito ao documento que foi distribuído. Começou por dizer que este Orçamento não foi fácil tendo tido de o sujeitar a seu enquadramento legal, que é cada vez mais apertado. Disse depois que este Orçamento é mais curto, tendo sofrido uma redução de cerca de quatro milhões oitocentos e vinte mil euros, face ao orçamento de 2012.-----

-----Passou depois a tecer algumas considerações acerca do documento em apreço, nomeadamente no que se refere à cobrança do IMI referindo que o Estado Central veio impor condições no sentido de que o aumento de receita resultante do aumento da avaliação dos imóveis servirá para comprar dívida pública emitida pelo estado ou então para proceder a pagamentos de empréstimos de longo prazo que eventualmente os municípios tenham, pelo que esse aumento de receita não servirá para que os municípios a possam utilizar em ações a favor dos municípios, não sendo uma receita disponível que possa ficar à disposição do município.-----

-----No que se refere às transferências correntes provenientes da administração central, poder-se-ia pensar que estas sofreram um aumento pois o estado tendo aumentado as transferências do FEF, reduziu no mesmo valor as transferências a título de capital. Continuou dizendo que se não tivesse havido estas alterações, teria havido uma quebra efetiva de receita, chamando a atenção dos senhores deputados para este facto. -----

-----Disse depois que não se pode esperar que no ano de 2013 se invista tanto quanto foi feito no ano de 2012, atendendo às circunstâncias, sendo valores que não estão ao alcance nem do exercício de 2013 nem dos seguintes.-----

-----Referindo-se ainda aos valores que o estado central aumentou a título da receita corrente, de cerca de um milhão cento e quarenta e quatro mil euros, tem a ver, na sua ótica, com o facto de se falar que serão transferidas para as autarquias pacotes imensos de responsabilidades para a gestão quer dos municípios quer das freguesias, considerando tratar-se de uma contrapartida financeira para a transferência dessas responsabilidades.-----

-----Continuou dizendo que a Câmara Municipal de Porto de Mós, tem verbas avultadíssimas destinadas ao apoio social, saindo não apenas de uma rubrica mas sim de várias, de acordo com o que o POCAL estabelece.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que não se falou aqui de nenhuma obra para o Juncal, acrescentando que apenas se falou em dez mil euros para a Capela de Casais Garridos não se tendo feito qualquer referência ao Salão Paroquial, que é o Centro de Cultura do Juncal pelo que acha que a Câmara devia contemplar essa obra com uma verba em orçamento. -----

-----Referiu-se depois à construção de um condomínio na Cumeira, junto das bombas da GALP, dizendo que o empreiteiro alcatroou a entrada pelo que, quando chove, a água acumula-se ali sendo suscetível de provocar um acidente, não sabendo se essa situação deve ser denunciada junto da Câmara ou de outra entidade qualquer.-----

-----Referiu-se depois às palavras do senhor Vice Presidente, quando este disse da transferência de novas responsabilidades para as autarquias, dizendo que há que ter cuidado com isso dado que quando a Câmara recebeu a estrada que vai da Tremoceira para o Juncal, a recebeu alcatroada mas que neste momento já está muito danificada, perguntando onde é que depois a Câmara tem dinheiro para arranjar essa estrada e outras que já recebeu e que eram da responsabilidade das Estradas de Portugal.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Disse que depois de analisar o orçamento, verificou que esse é o orçamento possível, dizendo ver com agrado algumas obras a realizar na sua freguesia, sendo uma delas a remodelação do ramal de águas Cruz da Léguas/Moitalina que é urgente.-----

-----Quanto ao Centro Escolar, disse que continua a andar a bom ritmo, e tendo sido feita uma visita ao local, as pessoas ficaram agradadas com o que viram.-----

-----Terminou dizendo que o único senão é a rotunda da Tremoceira, que reputa de necessária atendendo ao aumento do tráfego que se verificou por via do IC9, que estando contemplada apenas com uma pequena verba afirma que está certo que a Câmara estará a estudar a forma de avançar também com esta obra.-----

-----**Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Disse que neste ponto nem era para falar mas como o senhor Presidente falou em Alcaria, achou por bem prestar alguns esclarecimentos. Neste Orçamento a palavra Alcaria nem aparece, disse, ou melhor, aparece uma vez associada à helipista, ao Centro Municipal de Proteção Civil. Disse que Alcaria apenas pediu duas ou três coisas que já são pedidas há três anos consecutivos, não sendo novamente contemplada com nada. Disse ainda que o que o levou a intervir foi o facto de ouvir dizer que não se fez uma obra em Alcaria por causa da cabimentação e de uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diferença de 10 euros, criticando o facto de não se ter feito uma alteração orçamental que obviasse a situação. Disse ainda dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, já que este falou na estrada do Lar, querer saber quando é que foi previsto o asfaltamento para a estrada de um hotel, e se deixou de pavimentar a rua do Lar, que não é tão longa como a de certo hotel e que não tendo sido inaugurado por um Secretário de Estado foi inaugurado pelo senhor João Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, que nesse dia prometeu o asfaltamento daquele pequeno troço.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Começou por dizer que acha este é um orçamento feito com rigor, folgando ver que finalmente aparecem verbas para a recuperação do pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire e para o Mercado. Deu depois os parabéns ao executivo por ver que mais uma vez se preocupou com instituições de carácter social e de solidariedade, que é o caso de atribuição de uma verba para aquisição de uma ambulância para os bombeiros de Mira de Aire, tendo no entanto duas dúvidas: sobre a verba de vinte e cinco mil euros para a segunda fase do saneamento de Mira de Aire, perguntou qual segunda fase, pois lhe parece uma verba irrisória para tal obra. Outra dúvida é uma rubrica que está aberta para os campos de ténis há anos, sem que a situação se resolva.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Começou por dizer que temos um orçamento com menos folhas, com menos slides e com menos dinheiro, é verdade, mas temos sucessivamente os mesmos orçamentos, as mesmas previsões, as mesmas opções, pelo que temos mais do mesmo. Compreendendo que o senhor Presidente disse que a vertente social é um assunto que preocupa todos e compreendendo que esse apoio sai de várias rubricas, perguntou qual é o valor final estimado, para que o apoio social seja de facto uma prioridade evidente neste orçamento. Aproveitou ainda para dizer que, quanto à iluminação pública, já há bastantes luzes desligadas, a começar pelo castelo, dizendo não saber se isso já está nas previsões de poupança da Câmara. Disse ainda que há também uma desigualdade de iluminação na vila, com duas avenidas profusamente iluminadas e outras com lâmpada sim, lâmpada não até se chegar ao Bairro de São Miguel, onde não existe iluminação neste momento.-----

-----Disse depois que o senhor Presidente ao explicar o Orçamento deu aqui um exemplo daquilo que se passou a nível do país, quando disse que para a sinalética e explanadas havia uma verba que estava calculada com 85% de financiamento europeu e que portanto não podíamos perder esse financiamento. O que aconteceu, foi exatamente isso - para se ir à procura do momento, não se estudou, não se planificou, não se viu exatamente quais eram as necessidades do país e onde deviam ser aplicados os recursos. Os 15% que o município tem de pagar poderiam ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alocados para outras obras, lamentando a forma como se faz a gestão dos dinheiros públicos e europeus no país.-----

-----No que se refere aos ecopontos e recolha de lixo, disse achar dramático a forma como se recolhem os lixos em Porto de Mós encontrando-se a situação como há trinta anos, à semelhança do que acontece com a iluminação, pois assim que chove um pouco a luz vai abaixo com o consequente prejuízo para as pessoas e para os aparelhos elétricos que possuem. Quanto aos ecopontos, disse que em zona de grande concentração populacional e em que existe a preocupação das pessoas com a seleção de lixos, não há ilhas de ecopontos.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse que iria voltar aqui a falar do IMI e que segundo foi informado houve um levantamento aéreo em que tudo o que for telhado com telhas de barro ou lusalite é para pagar IMI. Na situação catastrófica em que se encontra a agricultura e o mundo rural é muito complicado, dado que a Câmara também não pode cobrar uma taxa inferior ao estabelecido por lei.-----

-----Falou depois acerca da situação do quartel dos bombeiros, dizendo quer isso já foi aqui falado e perguntando se são os bombeiros que não arranjam o local para a construção.-----

-----Pedi depois esclarecimentos acerca das verbas a serem atribuídas às freguesias.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

- -----Depois de cumprimentar os presentes disse que se estava numa sessão pública da assembleia municipal, hoje mais do que nunca havia sido uma sessão solene, e ainda que não seja militar, tinha de fazer um reparo: faltam as bandeiras Nacional e a do Município.-----

-----Começou depois a sua intervenção dizendo que infelizmente estamos numa época de exponencial crescimento do desemprego, das famílias carenciadas onde estão incluídos os jovens, idosos e crianças, esperando-se por isso que este Orçamento e Plano de Atividades antecipassem o futuro, ou seja, que tivessem plasmado uma preocupação clara com as pessoas mais carenciadas e acima de tudo, que contemplasse um apoio económico expressivo e acentuado para com os mais desfavorecidos, que protegesse os mais necessitados, enfim, que este executivo Socialista fizesse jus à função social que a Câmara possui e mais do que nunca devia utilizar. Mas não. Esta Câmara Socialista não demonstra no Orçamento e Plano de Atividades a sensibilidade social que era exigível na atual conjuntura económica, como o fazem tantas outras Câmaras Municipais. Prevê-se para o próximo ano, e não é novidade, o aumento do número de desempregados, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diminuição acentuada nas receitas dos portomosenses por variados motivos, já sobejamente conhecidos. Por isso, o próximo ano, será crucial para várias famílias, pois, ou conseguirão vencer a crise, ou a crise vencê-las-á. Hoje, deveríamos estar a votar um Orçamento que deixasse de lado o secundário e que se centrasse no essencial de qualquer comunidade, que é o bem-estar das pessoas, mas tal não acontece. Num orçamento de dezoito milhões trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e trinta euros, verificamos que, e consultando as Grandes Opções do Plano, nas rubricas apoio em espécie a famílias carenciadas está previsto apenas o valor de quatro mil euros; apoio à compra de medicamentos a idosos e famílias carenciadas apenas o valor de dois mil e quinhentos euros; na aquisição de bens de consumo para o espaço Loja Social apenas cinco mil euros. Contudo, na pavimentação de ruas nas freguesias do concelho, está prevista a despesa de quatrocentos mil euros. Não era possível reduzir aqui e aumentar nas rubricas atrás citadas? Sendo certo que as ruas são importantes e têm de ser pavimentadas, não é menos certo que este é o tempo em que é mais importante dar de comer a quem tem fome, vestir quem não pode comprar vestuário, auxiliar na saúde quem não pode pagar consultas e medicamentos, pagar os estudos a quem não pode estudar, enfim, satisfazer as necessidades básicas de qualquer ser humano e consagradas na Declaração Universal dos Direitos do Homem e só depois tratar dos pavimentos das ruas. É uma questão de hierarquias de prioridades. Mas o que existe, é uma total inversão na hierarquia das prioridades, pois apenas contemplar quatro mil euros para apoio em espécie a pessoas carenciadas, dois mil e quinhentos para apoio a medicamentos e cinco mil euros para apoio à loja social e contemplar quatrocentos mil euros para a pavimentação de ruas revela pouca sensibilidade social. É ainda inexplicável e roça o absurdo, o ano passado o Orçamento ter previsto na rubrica publicidade, mil euros e neste Orçamento para o próximo ano, ter aumentado esta rubrica para cinquenta e cinco mil euros em publicidade, um aumento de cinquenta e quatro mil euros. Então, se não dá para mexer em mais nenhuma outra rubrica, pelo menos, que parte deste aumento da publicidade, de cinquenta e quatro euros, fosse para o apoio em espécie de famílias carenciadas, o apoio a bolsas de estudo a jovens que estão a abandonar o ensino superior por falta de meios financeiros, e são muitos no nosso concelho, em virtude do desemprego dos pais ou até da diminuição das receitas, sendo que a atribuição das bolsas de estudo até são uma atribuição da função social da Câmara Municipal e canalizar também parte daquele valor para um aumento do valor previsto para o apoio à aquisição de medicamentos, que apenas tem dois mil e quinhentos euros e ainda também para fomentar o apoio à loja social. Não se compreende este aumento deste valor de publicidade de mil para cinquenta e cinco mil euros, ou será porque para o ano haverá eleições autárquicas?-----
-----Outro setor que é recorrentemente tratado como o parente pobre pela Câmara Municipal é o turismo. Não se compreende que o turismo apenas tenha contemplados cinco mil euros quando devia ser uma aposta clara e inequívoca deste executivo, para contrariar a exponencial crise económica e assim promover o concelho atraindo cá pessoas possibilitando um revigor da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

economia local.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes referiu que ouviu as palavras do senhor Presidente da Câmara sobre os custos da energia elétrica, estando aqui expresso em números redondos um milhão de euros. Fez depois referência a um estudo que teve lugar há cerca de um ano sobre a possibilidade de transformar a iluminação em leds, que é uma tecnologia mais económica e cujo investimento iria sendo amortizado ao longo do tempo.-----

-----Continuou depois dizendo ser interesse ouvir os deputados da bancada do PSD falarem da falta de verbas para a ação social dizendo que partilha da mesma opinião e há que ser solidário havendo muito trabalho a fazer nessa área, salientando no entanto que o Governo Central é quem mais contribui para este estado de coisas, perguntando como é que uma Câmara pode compensar esta destruição do estado social podendo apenas localmente tentar amenizar os danos provocados pelo estado central.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referiu que este ano se vai ter um orçamento mais consentâneo com a realidade do concelho confiando na forma de o executar tanto do lado da despesa como da receita. Disse depois que as suas divergências se colocam relativamente ao Plano de Atividades que diz ser apenas um plano de distribuição. Diz que tem muita dificuldade em entender como é que se pegam em dezoito milhões de euros e se distribuem. Se não se souber o que é que se quer nas diversas áreas é muito difícil fazê-lo. Disse que o senhor Presidente esteve o tempo que entendeu a tentar explicar a distribuição de recursos, dizendo confiar na Câmara para fazer essa distribuição, mas as áreas em que são aplicados os recursos é que constitui a sua preocupação.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Falando do Orçamento, disse que se trata de uma previsão que assenta em duas variáveis: por um lado o que se quer gastar tendo em conta determinados pressupostos de escolha e aquilo que podemos afetar a esses gastos. Quando se trata de escolhas, por mais bem-feitas que sejam, serão sempre discutidas, cabendo a quem foi escolhido para isso, faze-las. Como o dinheiro disponível não chega nunca para realizar tudo o que se pretendia realizar, tem de existir cortes.-----

-----Disse que do que viu do orçamento o achou relativamente equilibrado, não sendo de esperar muito mais e não competindo às autarquias em primeiro lugar resolver os problemas sociais que são naturalmente da responsabilidade do governo embora não os possa esquecer, sendo seu entendimento que pouco mais se poderia fazer, pelo que irá votar a favor.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----
-----Usou da palavra para se referir a uma verba que nos anos anteriores estava no orçamento e este ano não consta, mas não porque ela esteja feita, e que é a ligação do Tojal à Ribeira de Baixo.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Virgílio Santiago** quanto a obras no Juncal, que no início da sua intervenção teve o cuidado de dizer que havia no orçamento rubricas genéricas que contemplavam muitas das obras que os senhores Presidentes de Junta solicitaram, passando a referir algumas das previstas para aquela freguesia, e que são alcatroamentos em Picamilho, na Seixeira, na rua junto à central de saneamento, na Costa Barrenta, a caixilharia da escola da Cumeira, parte dos passeios no Chão Pardo, quatro lombas nos Casais Garridos e no Andam e outras obras no pavilhão, concluindo que o Juncal não está esquecido. Quanto ao Salão Paroquial, disse que este não é propriedade da Câmara, mas sim da Igreja, e que está aprovado um orçamento de cento e vinte mil euros no âmbito do PRODER. Não obstante esse valor a Câmara Municipal está disponível para colaborar. ----

-----Disse depois que a entrada para o condomínio que aquele deputado referiu é uma estrada nacional, pelo que não é responsabilidade da Câmara.-----

-----Elencou depois também algumas das obras previstas para a freguesia de Pedreiras.-----

-----Teceu elogios depois aos treze Presidentes de Junta dizendo que são todas pessoas que trabalham, independentemente da cor política de cada um.-----

-----Quanto à questão da rotunda da Tremoceira, disse que teve uma reunião em Almada com a engenheira responsável, dizendo que este assunto está a ser estudado, não lhe parecendo fácil que as Estradas de Portugal colaborem nesta obra, porque a estrada está concessionada.-----

-----Disse depois a **Helder Costa**, que é injusto o que disse aqui ao executivo municipal pois Alcaria foi a freguesia do concelho com maior investimento *per capita*, sendo que a freguesia que teve menos foi a Calvaria de Cima. Disse depois que Alcaria não está esquecida sendo aquele deputado que não anda atento às obras que lá são feitas pela Câmara, referindo que a Junta se intitula dona da obra mas que as faturas são pagas pela Câmara. Disse depois que está aqui previsto, de acordo com o que acordou com a senhora Presidente de Junta de Alcaria, alcatroamentos para a freguesia de Alcaria que a seguir passou a elencar: Rua da Carreira, junto ao Lar, Rua do Lagar, Rua da Ramalheira, rua das Mangas, entre outras. Referiu mais uma vez que teve o cuidado de dizer que existem aqui rubricas genéricas donde essas verbas sairão. Quanto à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rua do hotel, disse tratar-se de um grande investimento que merece as infraestruturas que lá existem.-----

-----A **Artur Vieira** disse que a sua pergunta é pertinente sobre a verba de vinte e cinco mil euros para o saneamento passando a dizer que a segunda fase do saneamento orçará um valor elevadíssimo, tal como a primeira fase. O projeto terá que ser elaborado em 2013, porque em 2014, haverá verbas disponíveis do QREN que já estão a ser negociadas, para que se possa fazer a candidatura, sendo que este dinheiro é para pagar o projeto desta rede de saneamento.-----

-----A **Ana Narciso** disse que esta se contradisse do princípio ao fim da sua intervenção. Disse que esta ainda há pouco tempo dizia que Porto de Mós era um estaleiro, havendo obras por todo o lado e agora vem dizer que não se sai do mesmo. No que se refere aos apoios sociais reclamados pela anterior interveniente, perguntou se esta se esquece que a Câmara paga cem por cento de transportes escolares a 807 crianças, servindo na escola primária 200 almoços gratuitamente, perguntando se isto não é apoio social, entre outros números que referiu. Continuou dizendo que quem conhece a realidade do concelho, sabe que muitas das rubricas que estão orçamentadas têm a ver com questões sociais.-----

-----Ainda a Ana Narciso disse quanto à iluminação pública que nas ruas que foram requalificadas foram substituídas as lâmpadas. Disse depois que há Câmaras que a partir de determinada hora a iluminação pública é desligada atendendo aos custos que a mesma acarreta. Disse depois que a EDP tem feito um grande investimento no concelho. No que se refere aos ecopontos, disse que estavam previstos três ecopontos para as ruas que foram requalificadas, mas que a verba foi retirada porque o governo precisou de ir buscar dinheiro para o Impulso Jovem. Nesta questão disse ainda que a colocação dos ecopontos obedece a regras que a VALORLIS sempre teve, sendo que cada ecoponto é colocado em função do número de habitantes.-----

-----A **António Ferraria** disse que de facto tudo quanto seja área coberta paga IMI. No que se refere ao quartel dos bombeiros, disse que existe uma verba disponível para esse apoio e que a Câmara apenas aguarda que a Direção do Bombeiros defina o local da sua construção.-----

-----A **Olga Silvestre** disse que esta trouxe um documento escrito que elaborou antes de ouvir aqui as suas explicações pelo que considera que este é extemporâneo. Continuou dizendo que a sua intervenção deturpou aquilo que foi dito na apresentação do documento pelo que é completamente descabida.-----

-----Quanto à verba para publicidade disse que existe uma comparticipação que é preciso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aproveitar, e que isto é programar as coisas como deve ser. Disse ainda que a Câmara Municipal de Porto de Mós é a melhor câmara da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral em termos de execução, sendo que CIMPL está entre as doze em segundo ou em terceiro lugar da zona centro e portanto a isto chama-se trabalhar e programar as coisas atempadamente, sendo um bom exemplo disso o que se está a fazer em termos do saneamento de Mira de Aire.-----

-----A **Pedro Lavado** disse que este referiu aqui o trabalho da ENERDURA que é uma entidade da qual a Câmara também faz parte e o estudo que foi feito em termos de eficiência energética foi pago pela Câmara uma vez que esta é sócia daquela entidade. Quanto à questão das leds, disse que era uma boa aposta, mas que custa milhões pelo que tem de ser um processo evolutivo.-----

-----A **Carlos Venda** disse que o seu discurso é muito vago. Continuou dizendo que na reunião que foi convocada para definir prioridades nas freguesias e na qual aquele se fez representar, a única coisa que foi pedida foi o alcatroamento das ruas da Bezerra e de Casais do Chão. Disse ainda que de facto o Orçamento é uma distribuição, mas que esta tem de ser feita com rigor e coerência o que acha que ter sido conseguido. Terminou dizendo que esta é uma das dez primeiras Câmaras do país menos endividadas pelo que este executivo tem sabido gerir bem os recursos.-----

-----A **António Carvalho** disse que este fez uma excelente análise de enquadramento sendo uma matéria que tecnicamente muito bem domina.-----

-----Quanto a **António Pires** respondeu que a questão da Estrada da Ribeira de Baixo para o Tojal será iniciada rapidamente, estando lá já os materiais e sendo realizada em colaboração com as Juntas de Freguesia de S. João e S. Pedro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou também da palavra na qualidade de deputado municipal para questionar o senhor Presidente da Câmara perguntando como é que a Câmara pode intervir naquela estrada se ainda ninguém falou com os proprietários dos terrenos que irão ser anexados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar as explicações pedidas dizendo que a parte da obra que é mais complicada é o alargamento, quando se sobe, do lado esquerdo, onde está um olival, porque aí implica desaterro e fazer um muro de suporte muito grande. Como é a obra mais complexa daquele troço, é a sua prioridade, sendo necessário que a estrada seja alargada.-----

-----**Carlos Venda** no uso da palavra pediu ao senhor Presidente da Câmara para pensar Porto de Mós e falar depois com a parte financeira pedindo-lhe para pensar no que é que gostaria de ter

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a sua terra nos próximos anos, nas várias áreas e o que é que se pode fazer para lá chegar. Quanto a Serro Ventoso a única coisa que foi solicitada foi a pavimentação para duas estradas.-----

-----**Olga Silvestre** disse que queria pegar nas palavras do senhor Presidente da Câmara, por quem tem muito respeito e consideração, referindo que não disse nada deturpado e nem a sua intervenção foi extemporânea, dizendo ainda que ele é que não estava atento. Referindo-se à página 4 das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013 passou a ler “*Apoio em espécie a famílias carenciadas: 4 000 euros; Aquisição de bens de consumo para Espaço Social: 5 000 euros; Apoio a compra de medicamentos para idosos de famílias carenciadas: 2 500 euros*”, dizendo que não falou em apoio social e que este é uma função da Câmara. Agora nestas rubricas concretas, e foi nelas que falou, disse que se podiam desviar alguns valores de verbas como essa da publicidade para reforçar estas rubricas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a enunciar algumas situações que a Câmara está a apoiar e que não constam aqui no orçamento, pois como já disse, esses valores sairiam das rubricas genéricas que atrás referiu.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos – **Grandes Opções do Plano para o ano de 2013** – tendo o mesmo **ido aprovado por maioria com oito votos contra, vinte e um votos a favor e duas abstenções**.-----

-----**Ana Narciso** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que ficou claro ao longo desta discussão que há números que são vagos e daquilo que foi dito, apurou cerca de vinte mil euros para o apoio global em termos sociais. Referiu ainda que fez uma pergunta no sentido de saber números relativos a esse apoio global e que não foi respondida. Disse depois que há uma concentração de valores superiores a setecentos mil euros em opções como pavimentações, valorização de espaços urbanos e afins, dizendo achar que são valores que devem fazer pensar, em detrimento das pessoas.-----

-----Seguidamente pôs a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2013** - tendo o mesmo **ido aprovado por maioria com dois votos contra, vinte votos a favor e nove abstenções**.-----

-----**Carlos Vieira** interveio para dizer que não sabe se estará correto que na página 13 do Orçamento se fale em “*Aluguer dos Contadores de Água: 3 000 euros*”, porque acha que essa taxa já não existe, pelo menos com esse nome, chamando-se agora tarifa de disponibilidade, pelo que questiona se o documento for para o Tribunal de Contas e os deputados municipais aprovarem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma taxa ilegal, qual será a sua responsabilidade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara perguntou à Chefe de Divisão da área financeira se era pertinente essa correção tendo ela dito que esta situação se prende com algumas situações antigas que se encontram em execução fiscal que vão sendo cobradas e que ainda prevê o aluguer de contadores, pelo que a inscrição é correta. No entanto, ficará a recomendação.-----

-----**4. Mapa de Pessoal para o Ano de 2013:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar a situação dizendo que, conforme é referido nos documentos que foram oportunamente distribuídos, a Câmara Municipal tinha 303 funcionários há bem pouco tempo e neste momento tem 242, excepcionando aqui os funcionários que estão afetos às escolas no âmbito do protocolo que foi assinado, havendo assim menos 60 funcionários do que havia há seis ou sete anos. Mas a Câmara tem de funcionar, tem de ser dinâmica no preenchimento de alguns lugares necessários para esse funcionamento.-----

-----Referiu-se ainda aos lugares a prover no âmbito das escolas do concelhos, dado que os contratos são efetuados por dez meses e não por um ano, atendendo ao tempo letivo em causa.---

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Mapa de Pessoal para o Ano de 2013** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com duas abstenções e vinte e nove votos a favor.**-----

-----**5. Adequação e aprovação do modelo da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, em cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto:**---

-----Disse o senhor Presidente da Câmara que esta lei obriga à adequação e provação da estrutura orgânica da Câmara Municipal, e que esta cumpre integralmente o que a lei prevê havendo neste momento, três chefes de divisão e não existindo diretores de departamento.-----

-----Continuou dizendo que a lei define valores que têm a ver com o número de habitantes e que face a estes valores, a Câmara de Porto de Mós poderia ter um diretor de departamento e quatro chefes de divisão e um cargo de direção intermédia. Disse depois que a Assembleia Municipal em 2010, aprovou aqui oito unidades orgânicas e uma equipa de projeto, portanto, nove unidades, que poderiam dar origem a sete chefes de divisão conforme estava no organigrama na altura. Neste momento apenas se pretende que fiquem previstos cinco lugares de chefes de secção, não significando isso que sejam preenchidos.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio perguntando se a Câmara estudou a orgânica, porque apesar de estar na lei é importante saber se este modelo é mesmo aquele que é necessário para o bom funcionamento dos serviços.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----
-----Começou por dizer que ficou baralhada com a exposição do senhor Presidente da Câmara, porque a proposta que aqui está para a Assembleia aprovar, não é o que foi aqui dito. Referiu depois que a proposta que veio da Câmara tem vários considerandos e depois concretamente diz: " ...a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de atribuição de abono para despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes..."-----

-----O senhor Presidente da Câmara interrompendo, disse que não é esse o ponto da ordem de trabalhos que se está a discutir.-----

-----**Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----
-----Disse ter percebido que o senhor Presidente da Câmara havia dito que hoje a Câmara tem 242 funcionários e que depois de uma rápida leitura terá visto 310.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que são 242 funcionários fora os que estão afetos às escolas.-----

-----Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Adequação e aprovação do modelo da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, em cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com nove abstenções e vinte e um votos a favor.**-----

----- **6. Despesas de representação do pessoal dirigente nos termos do disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra pediu para responder a Carlos Venda no âmbito do anterior ponto da ordem de trabalhos, dizendo que esta foi uma situação bem pensada e ponderada, pois o que se pretende é que os serviços da Câmara funcionem e deem resposta eficiente e de qualidade às solicitações e desafios que lhe são dirigidos.-----

-----Quanto ao presente ponto da ordem de trabalhos, passou a explicar que os chefes de divisão sempre tiveram direito a auferirem despesas de representação, sendo uma compensação que tem a ver com a isenção de horário. Disse ainda que não se trata de uma situação nova mas apenas repor aquilo que a lei anterior permitia e que esta agora exige que seja a Assembleia Municipal a aprovar-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----
-----Usando da palavra disse que só gostaria de ter a certeza absoluta de que aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, é legal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Pedi a palavra para referir que esta aprovação que se está a pedir se reporta entre Setembro e Dezembro deste ano, perguntando como será no próximo ano.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que esta verba já está contemplada no Orçamento para 2013.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Começou por dizer que esta proposta é vaga, não tendo dados concretos e que o que o senhor Presidente da Câmara já referiu é que isto se aplica a três chefes de divisão, passando a perguntar qual o valor previsto para as despesas de representação e qual a periodicidade com que as mesmas são pagas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que se trata de um valor mensal de cento e oitenta euros para cada chefe de divisão, sendo isto que está expresso na lei.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos posto a votação - **Despesas de representação do pessoal dirigente nos termos do disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **7. Autorização prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de janeiro (Lei dos Compromissos):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra passou a esclarecer a Assembleia de que a Câmara foi aqui autorizada a executar despesas plurianuais que ultrapassem os cem mil euros por ano. Agora o que se pretende é que a Assembleia aprove o mesmo para o ano de 2013, para que não haja necessidade de, sempre que for preciso assumir compromissos plurianuais, a Câmara solicitar essa autorização à Assembleia Municipal. Assim o que se propõe, por motivos de simplificação e celeridade processuais, é que a Assembleia emita autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; que os seus encargos não excedam o limite de 99 759.58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. Acresce ainda que a Câmara terá que dar, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo desta autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que se esteve aqui a falar de responsabilidades na aprovação ou rejeição das propostas que vem aqui à Assembleia, referindo que aqui está um exemplo claro da responsabilidade dos deputados municipais em termos futuros. Contratos plurianuais com este valor deviam fazer pensar e perceber quais foram os consensos que se organizaram à volta de um investimento desta envergadura.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----
-----Disse que há pouco fez um repto e não obteve resposta, mas convinha que todos os deputados municipais fossem elucidados das suas responsabilidades, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que solicitasse aos serviços que elaborassem uma nota nesse sentido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse a Virgílio Casimiro que essa responsabilidade resulta da lei dos eleitos locais, dizendo que poderá fornecer toda a legislação que regule esse assunto.-----

-----Sobre o assunto da ordem de trabalhos disse que este está suportado na lei em vigor, dando como exemplo os transportes escolares dado que o ano letivo se difere por dois anos civis, e que existe uma fiscalização da Assembleia Municipal com o compromisso de a Câmara aqui trazer sempre a informação sobre a assunção desses compromissos plurianuais.-----

-----Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Autorização prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de janeiro (Lei dos Compromissos)** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **8. Informação nos termos e em cumprimento do ponto 5 da autorização prévia concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de Junho de 2012, no âmbito da Lei dos Compromissos;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta informação é aquela a que se referiu no ponto anterior, dando contra dos Compromissos Plurianuais assumidos desde 19.09.2012.---

----- **9. Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que se trata de um assunto que todos os anos tem de ser submetido à aprovação desta Assembleia Municipal e que tem a ver com a fixação de uma taxa de passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações eletrónicas e não pode ultrapassar o percentual de 0.25%. Disse depois que o montante a receber se cifra anualmente numa verba de cerca de seis mil euros, sendo insignificante face ao prejuízo que estas empresas causam nos municípios, nomeadamente com a abertura de valas para instalação dos sistemas. Terminou dizendo que o pagamento destes valores acaba por se repercutir no consumidor final, sendo a taxa aplicada a cada fatura emitida pelas empresas que fornecem estes serviços.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que, atendendo a que é tão irrisória a verba apurada e atendendo a que é o consumidor final que paga, talvez fosse bom arranjar outro sistema de forma a pôr essas empresas a pagar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que estas empresas quando abrem valas para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instalar os cabos e as fecham não fazem o alcatroamento devidamente, dando origem à degradação das vias, mas que não se podem desperdiçar seis mil euros.-----

----- Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Alteração do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós – Submissão da proposta à Assembleia Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar a situação dizendo que o Plano de Pormenor da Várzea é uma situação que se arrasta, como a grande maioria dos Planos deste País, há sete ou oito anos. Seguidamente disse que existe uma parte da vila que tem um Plano de Pormenor, que é onde se encontra hoje o atual espaço verde, a VDG1, a parte desportiva e a Avenida da Igreja. Na altura, quando a VDG1 foi feita, o traçado não era aquele, situando-se mais acima. Assim, o anterior Presidente da Câmara, e na sua opinião bem, alterou o traçado da VDG1 que passava na encosta o que causava um impacto negativo sobre a vila. Para além disso, esse plano de pormenor previa a construção de lotes na própria encosta. Entendeu-se na altura passar com a estrada mais para baixo, comprando os terrenos daqueles proprietários. Apesar de tudo ser feito com a melhor das intenções, mais tarde foram confrontados com um problema: o plano de pormenor estava aprovado e previa que o senhor Vítor Guerra e o senhor José Manuel Custódio pudessem construir vários lotes. O senhor Vítor Guerra cedeu o espaço para o arruamento tendo como objetivo a possibilidade de depois poder vender lotes naquela encosta, que sem arruamentos não era possível, tendo chegado mesmo a realizar alguns negócios. Quando o projeto de loteamento chegou à Câmara, este não pode ser aprovado porque não estava de acordo com o Plano de Pormenor dado que o arruamento não estava onde devia. Continuando, disse que também agora o PNSAC, por causa do Plano de Ordenamento, não aprovou o mesmo número de lotes que estavam inicialmente previstos, pois há uma zona em que esse plano de Ordenamento não permite construção, e que é o caso do terreno do senhor José Manuel Custódio, cujos herdeiros se viram privados de dois lotes que lá tinham inicialmente. Assim, concluiu, o que esta alteração ao Plano de Pormenor visa, é regularizar as situações que estão já efetivamente no terreno e que têm a ver sobretudo com a VDG1 e toda a zona envolvente.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começou por confirmar que o que está aqui proposto para aprovar é a questão da VDG1 e os terrenos envolventes. Disse depois que o senhor José Manuel Custódio cedeu o terreno para a estrada à Câmara sem qualquer contrapartida financeira dando-lhe esta à troca dois lotes de terreno. Olhando agora para o Plano de Pormenor, não se pode agora lá construir nada. Atendendo a que o senhor em causa faleceu, espera que a Câmara como pessoa de bem, chegue a um entendimento com os herdeiros. Disse depois que para se fazer esta pequena revisão se andou à espera cerca de sete anos e que neste momento já lá existem construções, inclusivamente umas pequenas bombas junto ao Intermaché, perguntando, se para se reorganizar aquele espaço ao nível do planeamento se tem de esperar mais dez ou doze anos. Terminou perguntando se a Câmara tem definido o que deseja para aquela zona.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----
-----Usando da palavra perguntou porque é que está a aprovar um Plano de Pormenor quando lá não estão os pormenores que já estão construídos. Disse que queria que lhe explicassem porque é que a zona que está em REN não apresenta as construções que já lá estão. Se se está a aprovar um plano que permite alterações, há que aprovar outro para contemplar as alterações que já lá estão, pergunta, porque lhe parece que isto não corresponde exatamente àquilo que lá vê, pelo que gostaria de saber se se está apenas a aprovar um plano de pormenor que visa resolver o problema de uma encosta, ou se se vai aprovar um plano que reflita e onde estejam presentes todas as construções que lá estão. Terminou dizendo que o que vai ser publicado em Diário da Republica é um mapa que não corresponde ao que efetivamente lá existe. Aqui mais uma vez suscita a questão da responsabilidade dos deputados municipais em estarem a aprovar um mapa que não corresponde à realidade.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----
-----Disse que trazia uma proposta para adiar este ponto da ordem de trabalhos para a próxima sessão da Assembleia Municipal, mas como os trabalhos têm corrido céleres, acabou por não a apresentar.-----

-----Continuou depois dizendo que corrobora as palavras de Carlos Venda e que sendo a Câmara uma pessoa de bem tem de honrar os compromissos assumidos com os proprietários dos terrenos, contando, para isso, com a ajuda desta Assembleia. Depois, pegando nas palavras de Ana Narciso e Virgílio Casimiro, acerca da responsabilidade dos deputados municipais, disse que este mapa ao ser publicado em Diário da Republica, não refletindo o que lá está, desconhece quais as implicações que isso possa vir a ter. Pediu depois ao senhor Presidente da Câmara que numa próxima Assembleia, e a título informativo, venha aqui alguém esclarecer este assunto para que se perceba de facto de que é que se está a falar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer os anteriores intervenientes, dizendo que se está a falar de um plano de pormenor que é um instrumento de planeamento que define regras, não tendo que estar aqui contemplado o que está no parque verde, porque este está aqui como verde de integração e aí é possível construir o que lá está, não se alterando o plano de pormenor que já previa ali um parque verde de integração. O plano de pormenor não define parâmetros, define regras que têm a ver com a ocupação do solo em si, e o que está aqui em discussão é tão-somente a questão dos lotes já referidos, da recauchutagem, e da implantação do hotel. Disse depois que na semana passada saiu em Diário da Republica a aprovação da Reserva Ecológica neste espaço. Continuou depois dizendo que se os deputados quiserem adiar este assunto para a próxima sessão, da sua parte não há qualquer problema, mas que isso irá provocar problemas aos proprietários dos terrenos que têm compromissos assumidos.-----

-----Disse ainda que o que Ana Narciso refere seria pertinente se as construções que refere tivessem que estar aqui contempladas, mas não têm que estar, até porque foram objeto de projetos específicos que foram aprovados.-----

-----**Carlos Venda** alertou ainda para a situação dos herdeiros de José Manuel Custódio, atendendo a que este cedeu os terrenos sem qualquer contrapartida e que neste momento se vêm

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impossibilitados de rentabilizar os terrenos dado que não é possível ali construir, correndo a Câmara o risco de lhe virem a intentar uma ação de indemnização, tendo o senhor Presidente da Câmara concordado com isso e dizendo que já reuniu com os herdeiros, dizendo estar convencido que a situação poderá ser ultrapassada com o PDM.-----

-----**Virgílio Casimiro** disse depois que seria bom deixar isso ao bom senso do senhor Presidente da Câmara sobre se acha que é importante deixar esta discussão para Fevereiro ou não.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que comprometia a, na próxima sessão, trazer aqui a técnica do SIG, Drª Helena Oliveira, a fim de a mesma apresentar as alterações que estão aqui em causa.-----

-----Assim sendo o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 10 da Ordem de Trabalhos - **Alteração do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós – Submissão da proposta à Assembleia Municipal** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dois votos contra, quatro abstenções e vinte e quatro votos a favor.**-----

-----**11. Autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores, nos termos e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que isto tem a ver com a questão já atrás referida da redução do número de trabalhadores que a Câmara tem vindo a sofrer. Continuou dizendo que a lei em vigor obriga a uma redução de 2% dos seus funcionários. Este valor aplicado sobre o número total de funcionários, isso representa a redução de 4 trabalhadores.-----

-----Continuou depois dizendo que a Câmara Municipal tem absoluta necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores para colmatar necessidades permanentes nos serviços municipais, nomeadamente no serviço de ambiente e limpeza, águas e saneamento, sob pena de ser comprometido o normal funcionamento desses serviços públicos essenciais. Assim o que se propõe, é a abertura de procedimentos concursais de recrutamento com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público de três lugares de Assistente Operacional, na modalidade de relação jurídica de emprego publico em regime de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado, para o exercício de funções de natureza executiva, de carater manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais e com graus de complexidade variáveis.-----

-----Referiu-se ainda ao numero de funcionários que se perderam durante o ano por aposentação ou rescisão de contrato. Referiu-se ainda a um problema que considera grave e que é o operador da retro, que sendo um excelente funcionário vai também sair, pois existe um que não tendo carta, não pode andar na rua porque se houver um acidente as companhias de seguros escusam-se de responsabilidades.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que a conclusão do senhor Presidente a intrigou, questionando se não há formação adequada e se não há outros funcionários que o possam substituir, dizendo que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso a preocupa em termos futuros.

O senhor Presidente respondeu que os maquinistas que havia foram-se todos aposentando. A redução de funcionários imposta por lei tem efeitos negativos em termos de resposta adequada em termos de pessoal.

Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores, nos termos e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012)** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com seis abstenções e vinte e quatro votos a favor.**

12. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós;

O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que este ponto tem a ver com o que já foi dito atrás relativamente à Lei dos Compromissos, e em que os valores superiores a cem mil euros têm de ser previamente autorizados pelas Assembleias Municipais, sendo que todos os outros que vão até aos cem mil podem ser objeto de autorização prévia genérica, como já foi aqui votado hoje.

Neste caso, como o valor excede cem mil euros, e todos os concorrentes concorreram acima do preço base, há que anular este concurso e abrir outro, o que carece de autorização desta Assembleia.

Não havendo intervenções foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

13. Processo nº 295/2008 – Requerente: Stonecalcário – Extração e Comércio de Agregados de Calcário, Lda. – Pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira denominada “Codaçal”, localizada no lugar de Codaçal, freguesia de Serro Ventoso;

Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):

Disse que neste assunto a primeira coisa que o preocupa é que a empresa tem a sede social em Pero Pinheiro e gostava que fosse a Câmara de Porto de Mós a receber todos os impostos que a firma venha a ter de pagar. Continuou a dizer que é certo que esta Assembleia tem aprovado todos estes projetos embora tenham pedido à Câmara que lhes desse o seu parecer acerca da sua aprovação ou não. Neste caso não vem isso muito explícito, mas já que foram aprovados todos os outros, será de aprovar este também. Disse ainda que, daqui para a frente, se deveria fazer aquilo que sugeriu logo no início e que consistiria numa norma que fosse seguida para avaliação destes processos, sendo logo o primeiro ponto a obrigatoriedade de a sede social da empresa se situar neste concelho.

Para além de todo o impacto ambiental que as pedreiras têm disse que havia ainda outra coisa que o preocupava e que era o facto de todos os mármorees que são extraídos em Porto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós levarem o carimbo de outras localidades perdendo-se a identidade de Porto de Mós, relacionada com estas massas minerais, considerando importante que estas riquezas pudessem vender, também elas, o nome de Porto de Mós.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que queria apenas fazer um pequeno esclarecimento, dizendo que a pedreira em causa foi transmitida à Stonecalcário pela Marmipedra. Aquela pedreira terminou, com o risco de despedimento do pessoal que lá trabalhava. A Stonecalcário adquiriu à outra empresa aquela área de exploração tendo absorvido parte dos funcionários. Disse depois que este interesse publico municipal a ser dado, é exclusivamente para o efeito do licenciamento da ampliação da área de exploração.

-----O senhor Presidente da Assembleia interveio dizendo que este é um assunto que nunca foi esclarecido, saber se a concessão do interesse publico municipal é apenas para esse efeito e quais as consequências colaterais, afirmando que é tempo de que alguém esclareça esta Assembleia desses efeitos e pedindo que a Câmara Municipal medisse todas as consequências do que é o interesse público municipal que é aqui aprovado.

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Pedi a palavra apenas para dizer que votaria contra.

-----O senhor Presidente da Assembleia pediu à Câmara que esclarecesse melhor o que é o interesse público municipal, perguntando quais os benefícios concretos que uma empresa vai ter pelo facto de a Assembleia Municipal lhe conceder este interesse público municipal.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta situação já foi aqui várias vezes discutida e que é o absurdo da lei que prevê esta situação porque só é possível ampliar em Reserva Ecológica Nacional se houver da parte da Câmara Municipal uma declaração de utilidade pública municipal, dizendo achar que devia ficar expresso na deliberação aqui tomada que o mesmo só seria para efeitos de licenciamento.

-----**Olga Silvestre** pediu a palavra para dizer que, partindo do princípio que este ponto é aprovado sendo declarado o interesse publico municipal para ampliação da pedreira, quando os serviços da Câmara passam uma certidão sobre este assunto deve nela constar o efeito a que se destina.

-----**Ana Narciso** também pediu a palavra dizendo que o que se está aqui a fazer é a desafetar da REN aquele terreno. Trata-se de terreno classificado e que merece alguma preservação e ao dizer-se aqui que é de interesse publico municipal, está a dizer-se que aquele terreno já não é REN, e se é esta a explicação, é muito grave a decisão aqui tomada.

-----**Luís Monteiro** pediu também a palavra referindo que, no decurso deste debate e respondendo a Ana Narciso, o parecer desta Assembleia sobre o interesse publico e sobre a desafetação daquela área para a REN não é isolado, porque o próprio PNSAC dá parecer e há toda uma serie de entidades específicas, que elas próprias têm todos os dados para analisar as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consequências ambientais da desafetação ou não à REN daquela área e que têm de dar o seu parecer.

O senhor Presidente da Câmara referiu que Luís Monteiro tem toda a razão, dizendo que são três entidades – Ministério da Economia, Parque Natural e Câmara Municipal.

Luís Monteiro continuou dizendo que com toda a certeza o Parque Natural defenderá os seus interesses de forma acérrima.

Ana Narciso disse que se existem pareceres prévios sobre isto, que gostava de ter conhecimento deles antes de decidir.

Virgílio Casimiro referiu que o que está aqui em causa são postos de trabalho sendo certo também que o ambiente precisa de ser preservado, pelo que considera que o senhor Presidente da Câmara tem razão quando diz que isto é um defeito da lei.

Pedro Vieira pedindo também a palavra disse que existe aqui um parecer desfavorável da arquiteta Ester quanto à ampliação da pedreira, dizendo ela própria que tal é proibido de acordo com o artigo 26 do Regulamento do PDM, espaços florestais e de proteção.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que por ser proibido é que este processo tem de ser submetido à Assembleia Municipal.

Carlos Venda interveio dizendo que se agora se tomar uma decisão negativa, isso é o mesmo que dizer que futuramente todos os processos que aqui vierem e se situem naquela zona da serra serão rejeitados, com a conseqüente impossibilidade de as empresas fazerem ampliações.

Olga Silvestre usou também da palavra dizendo que, fruto da sua atividade profissional já teve algum contato com estas situações passando a explicar a tramitação de todo o processo de legalização e concluindo que o parecer desta Assembleia é meramente informativo e não vinculativo e nem os deputados municipais ficam com alguma responsabilidade neste campo.

Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Processo nº 295/2008 – Requerente: Stonecalcário – Extração e Comércio de Agregados de Calcário, Lda. – Pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira denominada “Codaçal”, localizada no lugar de Codaçal, freguesia de Serro Ventoso** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com nove votos contra, nove abstenções e doze votos a favor.**

António Manuel de Sousa Pires (PSD), apresentou uma declaração de voto, dizendo que o seu voto contra tem a ver com o facto de já aqui ter assumido que se não houvesse aqui um parecer da Câmara a dizer ser de aprovar ou não, votaria contra.

Ana Narciso (PSD), fez também uma declaração de voto, reiterando tudo o que já foi dito, insistindo em que há regras e informações que devem ser prestadas no enquadramento de uma intervenção cívica e de respeito pelo ambiente. Disse ainda que se a lei está mal terá que ser feita

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

força para que a mesma seja alterada.-----

-----**Helder Costa (PSD)**, usou também da palavra dizendo que votou a favor, por uma questão de coerência, dado que votou a favor da contratação de trabalhadores para a Câmara, para que as pessoas possam ter acesso ao emprego e esta empresa se não for legalizada serão sete postos de trabalho que estarão em risco.-----

-----O senhor Vice Presidente disse também que gostaria de dizer algo sobre este assunto porque se disseram aqui algumas coisas que do seu ponto de vista não são exatamente assim. Disse depois que este é um assunto recorrente e que nas reuniões de Câmara foi ele que começou a levantar algumas questões sobre este assunto. Continuou dizendo que, do seu ponto de vista, não se pode banalizar um valor chamado interesse municipal, pois isso é como banalizar a atribuição de uma qualquer distinção. Disse ainda que esse valor tem de ser balizado e isso já foi feito pela Câmara através de sugestão da Assembleia Municipal, passando a exigir que as empresas apresentassem declarações de honra e declarações creditícias, tendo chegado aqui com dois processos instruídos dessa forma e tendo a Assembleia chumbado os mesmos, não tendo seguido a deliberação da Câmara.-----

----- **14. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados atempadamente passando apenas a tecer algumas considerações quanto aos assuntos em questão. -----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Referiu, ainda relativamente ao assunto discutido no ponto anterior que o problema é que não se sabe muito bem para onde se quer ir. Por um lado fala-se de turismo, por outro fala-se de pedreiras. Por outro lado ainda há um Plano de Ordenamento do Território que propõe umas OPG's que tem dúvidas que ainda existam. Questionou depois o senhor Presidente da Câmara sobre a Pousada de Alvados e a Região de Turismo Leiria/Fátima.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usou da palavra para perguntar porque é que o Castelo está às escuras.-----

-----**Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Disse que só queria esclarecer o senhor Presidente da Câmara, dizendo que quando se faz calçada em Alcaria tem o cuidado de dizer às pessoas que aquela calçada está a ser feita com fundos da Câmara, dizendo não se querer apropriar de nenhuma obra que não seja da Junta de Freguesia, ao contrário de outras pessoas que se apropriam de outras obras.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que queria reconhecer o bom trabalho efetuado pela Câmara no embelezamento da zona envolvente do Rio Lena.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo quanto à Pousada de Alvados que esta se encontra temporariamente encerrada na época de inverno. Já foi manifestado o desagrado à entidade que tutela estas pousadas temendo que esta seja uma situação que se torne definitiva.-----

-----Quanto à Região de Turismo Leiria – Fátima disse que foi conseguida a recuperação, não da totalidade das dívidas que a Região tinha, mas que neste momento esta tem uma situação económica muito diferente da que foi herdada devendo-se muito ao dinamismo do Presidente da Câmara de Ourém que é também o Presidente daquela Região de Turismo. Disse depois que quanto a esta Região de Turismo há dois cenários possíveis: ou se divide, indo Ourém para Lisboa, ou não se divide e vão todos para o Centro, dizendo que a região vai perder muito se Ourém não ficar no Centro.-----

-----A **Ana Narciso**, disse que a instalação do Castelo está em curto-circuito.-----

-----A **Hélder Costa** disse que este afinal reconhece o trabalho da Câmara em Alcaria, acabando por lhe dar razão quando diz que o valor que foi transferido para a freguesia de Alcaria não foram apenas cinco mil euros.-----

-----Terminando o senhor Presidente da Assembleia disse que queria aproveitar para desejar a todos um feliz Natal, agradecer os votos de boas festas que foram enviados à Assembleia e ainda dizer a Helder Costa que se foi excessivo com ele, não foi sua intenção e a resposta que lhe deu foi a que achava adequada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou também da palavra para desejar a todos um bom Natal em nome de todo o executivo.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das *deliberações*: Grandes Opções do Plano para o ano de 2013; Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2013; Mapa de Pessoal para o ano de 2013; Adequação e aprovação do modelo da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Porto de Mós, em cumprimento do disposto no nº1 do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto; Despesas de representação do pessoal dirigente nos termos do disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto; Autorização prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de janeiro (Lei dos Compromissos); Fixação da taxa municipal sobre Direitos de Passagem, prevista na Lei nº 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas); Alteração do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós – Submissão da proposta à Assembleia Municipal; Autorização de abertura de procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores, nos termos e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012); Pedido de autorização para assunção de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós; Processo nº 295/2008 – Requerente: Stonecalcário – Extração e Comércio de Agregados de Calcário, Lda. – Pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira denominada “Codaçal”, localizada no lugar de Codaçal, freguesia de Serro Ventoso, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 do dia 23 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

